



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

PAISAGEM E LUGAR: ALICERCES DE UMA OUTRA POLÍTICA

LANDSCAPE AND PLACE: FOUNDATIONS OF ANOTHER POLICY

(Pesquisador convidado)

Reginaldo José de Souza

Doutor em Geografia, Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Erechim
reginaldo.souza@uffs.edu.br

Resumo

Não é raro que geógrafos encontrem algumas dificuldades em delimitar a diferença entre paisagem e lugar. Por isso, sempre há alguma confusão interpretativa entre um e outro. Este ensaio tem o objetivo de esclarecer tal diferença através de um debate estético. Porém, também procura reconhecer convergências teóricas e como é possível construir uma leitura política da vida em sociedade por meio destes conceitos. Geralmente é o território o detentor, por excelência, do debate político na Geografia. Com este texto, convida-se o leitor ao exercício de pensar o conteúdo político da paisagem-lugar e criticar a hipótese que ele levanta: poderia esse conteúdo político da paisagem e do lugar suscitar muito mais posturas de pacificação do que de combate entre as pessoas/as sociedades, notadamente em mundo cansado do desrespeito pelas vidas e dos egos das guerras.

Palavras-chave: Estética; Política; Natureza; Sociedade.

Abstract

Geographers have some difficulty in delimiting the difference between landscape and place. There is always some confusion between them. This essay aims to clarify this difference through an debate about the landscape aesthetic. However, it also aims to recognize theoretical convergences and how is possible to construct a political view of life in society through these concepts. Territory is usually the holder, par excellence, of the political debate in Geography. With this text, the reader is invited to think the political content of the landscape and the place and criticize the hypothesis that this political content can motivates the peace and not the war between people, especially in a world tired of conflictas and disrespect for the lives.

Keywords: Aesthetics; Politics; Nature; Society.

Introdução: inserções paisagísticas na Geografia

Este ensaio busca construir uma reflexão de cunho político a respeito da paisagem enquanto categoria do pensamento. A paisagem, embora amplamente discutida na Geografia, não é um tema somente de geógrafos e isto é uma riqueza para pensar as suas razões de ser na consciência humana.

Como forma de ver-representar-pensar o mundo oriunda das artes, sempre muito carregada de subjetivismo, a paisagem acaba por se tornar alvo de críticas que a relegam ao plano do irracional e, portanto, do não científico. Mas, a Geografia vem construindo percursos interessantes que merecem ser valorizados.

A corrente da geoecologia, na geografia física, fez e faz com que a paisagem seja analisada através de unidades relativamente homogêneas, provenientes de relações sistêmicas entre terra-água-clima-vegetação e as interferências humanas como centros desestabilizadores das dinâmicas naturais.

Através desta mesma perspectiva são feitos recortes paisagísticos. Eles são chamados de geo-horizontes, a fim de se destacar a sobreposição e influências mútuas de características geológicas, geomorfológicas, pedológicas, fitogeográficas e climáticas. A cartografia paisagística se apoia nas representações de perfis topográficos acompanhadas de secções de paisagens fotografadas nos decursos perfilados.

Nesta linha, também se destacam os modernos programas de processamento digital de imagens de satélites, com importante papel para representação espacial das feições da superfície terrestre e análise das interações de dinâmicas entre usos socioeconômicos e características biofísicas alteradas ou incisivamente impactadas, ou seja, dados geográficos para o entendimento das relações que acontecem no plano horizontal, da ação da sociedade que modifica a paisagem.

Na dimensão da geografia humana, sobretudo com a profusão da vertente fenomenológica-hermenêutica, a paisagem passa a informar a percepção e interpretação de mundo das pessoas. E a percepção não é apenas dada pela visão, mas, também, pelo tato, olfato, paladar, audição. Ou seja, são cinco sentidos que processam o mundo de maneiras variadas e criam paisagens múltiplas: táteis, olfativas, gustativas e auditivas.

Assim, não seria muito adequado associar a definição de paisagem apenas à visualidade. Seria preciso, isto sim, considerar que os cheiros permitiriam intuir paisagens. O ruído dos carros, buzinas, o burburinho do comércio: a paisagem urbana. O frescor das árvores: a paisagem florestal ou a ruptura, mesmo que espacialmente limitada, com a poluição das fábricas e escapamentos de automóveis – uma “área verde” urbana, por exemplo.

A Geografia já é muito enriquecida de estudos sobre a paisagem e, com certeza, a contribuição desse trabalho não é grandiosa. Porém, busca-se conectar a paisagem ao lugar, considerando que

este é a escala do acontecer da vida (CARLOS, 2007) e um ponto de partida para a construção de um pensamento sobre a paisagem.

Não tratarei, necessariamente, de paisagem e lugar como sinônimos, pois, considero que perceber suas diferenças é uma etapa fundamental para constituir as conexões que fazem desse par de dimensões da vida humana uma interessante base para se rever o conteúdo político das relações sociais.

Paisagem e lugar: uma possível diferença

O lugar é um espaço mais didático para entender a experiência humana no mundo. Isto porque lugares são efetivamente espaços vivenciados de modo direto. Já as paisagens, nem sempre são. Por outro lado, é muito comum encontrar reflexões que associam lugar à paisagem. Como se um fosse sinônimo do outro.

Porém, é preciso considerar que há algum grau de dificuldade para concordar com a afirmação de que “eu vivo em uma paisagem”. “Eu” vivo em minha casa, em meu bairro, nos locais de lazer ou de trabalho, “eu” vivo no campo ou na cidade e todos eles são facilmente percebidos como lugares. Mais uma vez: o lugar é uma percepção do espaço muito didática.

À sua maneira, a paisagem não é tão didática, ao contrário do que uma rápida opinião confortavelmente gostaria de expor. Talvez, caberia iniciar a discussão com uma pergunta básica: a paisagem é lugar? Uma resposta afirmativa, um sim, traduziria certa coerência, na medida em que se compreende a paisagem como uma possível composição de lugares efetivamente vividos, lugares potencialmente vividos e não-lugares.

A questão apresentada de maneira contrária, “o lugar é paisagem?”, implicaria em uma reflexão que conduziria o pensamento a estabelecer que o lugar é possuidor de uma escala de experiência direta e objetiva com o espaço menos abrangente do que a própria paisagem.

Isto porque a amplitude da paisagem faz com que se perceba ser o lugar um dos seus conteúdos espaciais. Dentro da amplitude paisagística é que se encontra o lugar. Neste momento, retoma-se o filósofo italiano Rosario Assunto (2013), em sua Paisagem e Estética, que apresentou alguns requisitos espaço temporais fundamentais para se chegar nas dimensões mais essenciais da paisagem.

Para aquele autor, é fundamental reconhecer as diferenças mais básicas entre o espaço e a paisagem. Primeiramente, é preciso compreender que a paisagem é um espaço de apreciação estética. Contudo, a apreciação estética em si não é suficiente para definir a paisagem. Então, Assunto (2013) apresenta outros requisitos para elucidar a diferença entre uma noção e outra.

Para que uma paisagem exista, há uma primeira condição necessária que é a abertura. Isto porque não seria adequado afirmar que existem paisagens em locais fechados: por exemplo, espaços interiores limitados por paredes e teto, subsolos, túneis profundos escavados sob a terra ou que cortam ambientes aquáticos.

Vencida tal condição básica, há outra que é a exterioridade. Não sendo possível ocorrer a efetiva experiência paisagística nos locais confinados, o espaço exterior para o livre correr da vista sobre a terra é fundamental. Aqui, vale lembrar que é possível tratar de uma experiência paisagística direta e uma experiência paisagística indireta, que é aquela possível dentro de um museu (local fechado), diante da tela de um artista. Para o propósito desta discussão, trata-se a experiência paisagística direta como sendo a experiência efetiva, vivida e vívida.

Portanto, confinamento e interioridade são duas qualidades espaciais que não definem a paisagem porque servem muito mais para negá-la. A abertura e a exterioridade, estas sim, são qualidades relacionáveis para definir a paisagem. Porém, em si, também não bastam.

A abertura não deve ser concebida de maneira isolada. Pode-se, por exemplo, estar em um espaço ladeado por paredes e sem teto, como no caso de um claustro. A ausência de cobertura é uma abertura que não perfila uma paisagem: olhar para o céu não significa que se está olhando para uma paisagem.

A exterioridade também demanda um certo exercício mental. Não é sempre que estar para fora de um cômodo significa estar diante da paisagem. O morador de um bairro mais adensado, com muitas edificações, muros e paredes, ao sair de sua casa, de imediato encontra-se em um espaço exterior, porém, não significa que tal exterioridade seja paisagística: mas, ele poderá estar num lugar.

A presença do infinito também é uma determinante estética para a paisagem. Michel Courajoud escreveu um belo texto intitulado “A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam”, sendo este mesmo título um intrigante convite para pensar sobre o significado do infinito na paisagem e seus ângulos de observação e entendimento.

Dentro de uma sala, um observador é capaz de abarcar a paisagem pela abertura de uma janela ao estender seu olhar no horizonte. Caso este observador desvie seus olhos para cima ou para baixo, ele perderá a paisagem de seu campo de visão. Para cima, porque verá apenas o teto da sala. Para baixo, porque verá apenas o chão sob seus pés.

As fotografias a seguir foram tomadas de dentro da minha sala de trabalho, as três possuem idêntica dimensão, a partir da câmera do meu telefone celular. Elas expressam algo que parece ser bastante óbvio, contudo, há também algo de obtuso que precisa ser posto à luz de esclarecimentos.

Primeiramente, é possível tão logo questionar os desdobramentos da relação entre visualidade e paisagem. Se já foi dito que a paisagem é tudo aquilo que a vista abarca, então, chega-se à conclusão de que nem sempre tudo o que a vista abarca é paisagístico. O teto acima da minha cabeça e o chão sob meus pés não fazem uma paisagem, embora eu os veja.

Figura 01

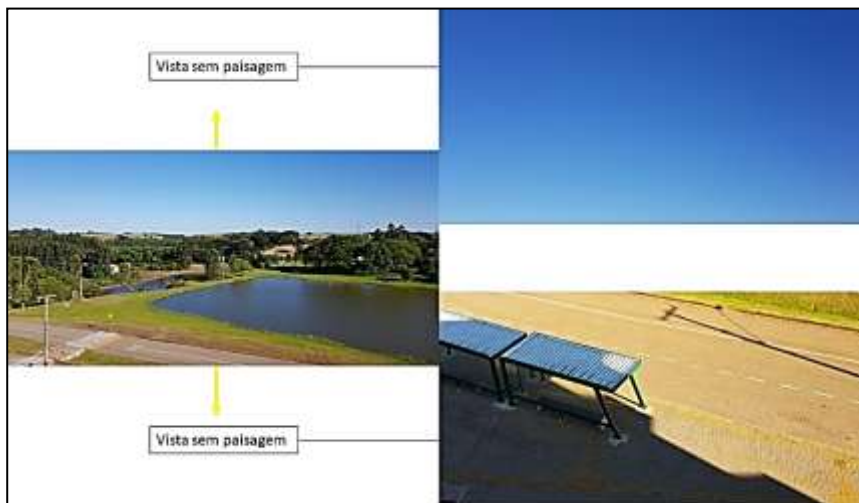


Fonte: Fotos do autor.

Ao dar alguns passos adiante, deixo de ver a paisagem para fora da minha sala e através da janela e passo a ver a paisagem a partir da janela. O mesmo exercício de direcionamento do olhar, para cima ou para baixo, trazem-me o mesmo resultado: a paisagem perdida dando vez àquilo que não é paisagístico.

Em meu campo de visada, o céu absoluto se faz em duas representações: a opacidade que não me permite ver o espaço sideral, uma espécie de barreira; ou, a representação de um infinito que o meu espírito contemplativo não consegue perceber enquanto unidade sentida (SIMMEL, 2013 [1913]) que possibilita a minha existência, a minha vida – é preciso voltar para a terra.

Figura 02



Fonte: Fotos do autor.

Ao voltar os olhos exclusivamente para a terra, também não vejo a paisagem, pois, somente alguns elementos compõem a *vista*: a rua calçada, o passeio, a parada de ônibus, a sombra de um poste de iluminação.

Portanto, a paisagem se encontra em um campo de observação da própria experiência humana entre entes que possibilitam a vida e possibilitam a consciência de que esses entes, eles mesmos, permitem a vida: não se vive somente da terra, sem seus frutos, sem torná-la campos de cultivos, sem trabalhá-la de acordo com os desígnios e desejos humanos. Assim como não se vive no céu, ou apenas do céu, sem que a energia solar tenha um plano de retenção, a terra, para se tornar energia viva em corpos orgânicos ou transformar os corpos inorgânicos.

Como representação, a presença do infinito no espaço - ao mesmo tempo aberto, exterior e limitado - da paisagem se faz nos planos vertical e horizontal. No plano vertical, trata-se do dimensionamento do próprio céu enquanto conexão com a natureza etérea, cósmica. No plano horizontal, trata-se da impermanência da paisagem no ato da caminhada humana sobre a terra: vejo uma paisagem aqui e agora, mas, ao me deslocar em direção a ela, certamente transforma-se em outra, e outra, e mais uma e, assim, constantemente, afinal, “uma paisagem é sempre local e irrepetível” (SERRÃO, 2013, p. 31).

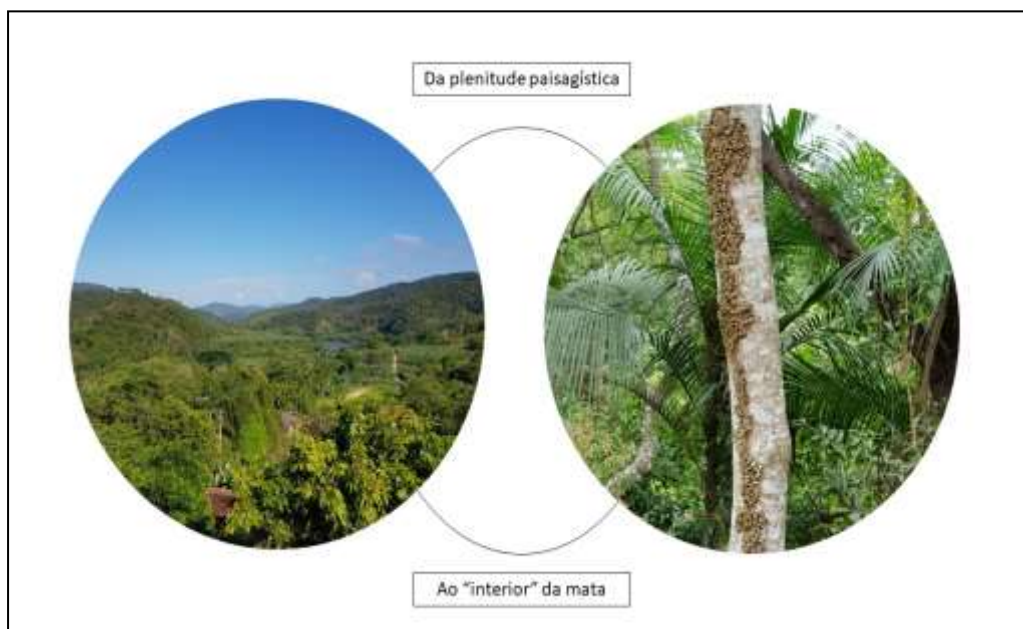
A paisagem é sempre um acontecimento de intermédios de escalas de apreensão. A plenitude paisagística exige um distanciamento co-medido: a proximidade, em excesso, atrapalha; o afastamento, em excesso, também atrapalha. Isto acontece pelos mesmos motivos que limitam abarcar a unidade de um objeto sobre a superfície terrestre: se estou posicionado perante, e muito próximo, de um edifício ou do tronco de uma árvore de grande porte, não serei capaz de abarcar estes objetos em

sua unidade num único lance de olhar. Para ver a copa da árvore, em um único lance de vista, e ter noção da altura total de seu tronco, será preciso certo afastamento. O mesmo raciocínio se aplica para o edifício.

A aplicação deste mesmo raciocínio para a paisagem levanta algumas reflexões importantes. Ao se considerar uma paisagem composta por montanhas cobertas de longas capas de floresta, entremeada por rios e riachos, algumas casas, enfim, todo um conjunto visto a partir de uma distância que lhe permite ser tomado como paisagem, caso haja uma grande aproximação com ele, a paisagem será perdida enquanto objeto espacial (exemplo das fotos a seguir).

Logo, a grande aproximação a que me refiro é a própria interiorização ao conjunto paisagístico, quando se perde um distanciamento intermediário do *estar diante* da paisagem para *estar dentro* da paisagem.

Figura 03



Fonte: Fotos do autor. Tomadas no Quilombo Ivaporunduva, novembro de 2018. Para exemplificar a diferença entre ver a paisagem e estar dentro dela sem que, necessariamente, seja possível vê-la como um objeto espacial em sua unidade.

Nesse momento, o que se defenderá aqui é a tese de que no interior da paisagem reside aquilo que pode ser considerado o lugar, tanto em potencial (possível de abrigar a vida) quanto em estado finalizado (já abrigando a vida humana). Daí o surgimento da diferença primordial entre paisagem e lugar: os lugares estão todos eles em uma paisagem, mas, nem sempre a paisagem – no

enquadramento estético dos requisitos espaciais que foram apresentados até aqui – está imediatamente em todos os lugares.

Paisagem e lugar: conexão pela diferença

A cada um, sua paisagem. Essa é uma expressão verdadeira, mas, deve ser criticada. É certo que cada ser humano interpretará a paisagem de acordo com suas bases culturais e seu conjunto de experiências no mundo. Contudo, o relativismo paisagístico merece certos cuidados a fim de que não esvazie de sentido o caráter mais essencial da paisagem.

As pessoas percebem e interpretam as paisagens como bem entendem, mas, o fato de que, no plano objetivo, isto é, de se considerar a paisagem objeto espaço-temporal, suas características de exterioridade, abertura, limite e o infinito como presença, todas conformam um enquadramento de base para que qualquer sujeito construa seu modo de ver a paisagem como quiser. Apenas saliento que não é possível escapar dessas configurações mais essenciais sem entrar no campo metafórico.

Sem enleios, a paisagem não é um acontecimento de interiores: uma caverna ou um salão fechado não são paisagens. O que não exclui a possibilidade de a paisagem neles comparecer como presença, como janela/fenda ou pintura, respectivamente. Também, a paisagem jamais é produto exclusivo da subjetividade humana, ou seja, um acontecimento dos espaços insondáveis da mente. Isto porque há toda uma construção contraditória entre interior e exterior, objetivo e subjetivo.

Nesse sentido, há qualquer coisa de fronteiroço nesta categoria, pois, para que exista paisagem, enquanto abertura, é necessário que existam, de um lado, espaços que confinem a vivência e a percepção. Por outro lado, a elaboração subjetiva depende da materialidade e diversidade dos elementos socionaturais sobre a superfície terrestre.

Portanto, há a configuração de uma zona espaço-temporal intermediária entre o pensamento e a natureza, responsável pela apreensão, ajuizamento e entendimento do mundo. A paisagem inaugura essa dialética entre interior e exterior, objetivo/subjetivo, materialidade/imaterialidade, enquanto constitui uma terceira zona ontológica entre Homem/Natureza no processo de construção da visão e entendimento do mundo.

Whitehead ([1919] 2009), em sua explanação sobre as teorias da bifurcação da natureza, ou seja, entendimentos ou desentendimentos entre a forma como a natureza se apresenta e é criada pela mente e o modo como suas dinâmicas se fazem por si, indiretamente (porque ele não está falando da paisagem em sua conferência) oferece uma base para compreender a paisagem como uma reação da mente à natureza e aos feitos das sociedades. Nesse aspecto, a paisagem se constituiria em uma possibilidade de construir a interpretação unitária da relação natureza-sociedade – isto sou eu quem

afirma, por analogia às colocações de Whitehead sobre o modo como a natureza se apresenta à mente e como ela é em si.

O mesmo autor também apresenta as diferenças entre tempo e espaço como imanências da natureza. Em sua crítica, ele trouxe a concepção de tempo como a passagem da natureza, que gera a ideia da duração dos eventos. Por sua vez, o espaço seria um fato proveniente da relação dos objetos uns com os outros e, portanto, um dado obtido a partir da extensão dos fenômenos.

Nesse raciocínio, o pensamento é observado como algo muito mais temporal do que espacial, visto que a ação de pensar ocorre no tempo, mas, não tem espacialidade definida. Ainda por analogia às colocações de Whitehead, afirmo que é possível pensar a história de uma paisagem sem a necessidade de estar perante ela e, ainda, sem que as suas dimensões ou de todos os seus objetos/elementos (cursos d'água, árvores, montanhas, casas etc.) façam alguma diferença.

Isso significa que o pensamento não opera com medidas específicas: por exemplo, a paisagem poderá aparecer como uma imagem de centímetros, metros ou quilômetros quadrados na mente de um sujeito pensante, a medida não interessa. Contudo, a duração desse pensamento estará definida no tempo, ou nos tempos: tanto do tempo histórico de dinâmicas naturais e humanas subjacentes à paisagem pensada, quanto do tempo da duração do meu próprio pensamento sobre a sua elaboração.

O que vale ressaltar é o seguinte: independentemente da extensão ou da duração da paisagem no pensamento, é fato que ela só poderá ser pensada como objeto espacial dentro daquele enquadramento estético defendido por Assunto (2013): exterioridade, abertura, limite e presença do infinito no espaço limitado. Eu ainda acrescento a afirmação de Courajoud: a paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. Ou seja, mais um requisito estético que é a própria relação de horizontalidade entre o cognoscente e o cógico, entre o observador e o pedaço de mundo observado.

Já o lugar não é completamente detentor de todo esse regramento estético. Ele é uma dimensão existencial, porém, não compreendida nos mesmos termos das determinantes que definem a "verdade" da experiência estética para a paisagem. Ou seja, tais determinantes não são todas aplicáveis ao lugar, senão apenas às *paisagens dos lugares* ou *nos lugares*.

Outra diferença básica entre lugar e paisagem: a ligação afetiva, como uma inerência do lugar, associa-se ao senso de pertencimento de uma pessoa a uma parte específica do mundo, com a qual esta pessoa constrói laços de experiência ao adotar tal parte específica do mundo como *o seu mundo* de vida e de cotidianidade.

Por sua vez, aqui defenderei que o afeto paisagístico é mais amplo. Em um primeiro momento, assim como a ligação afetiva inerente ao lugar, o afeto paisagístico opera conjuntamente ao do lugar, fazendo com que haja a introjeção de laços de pertença de um sujeito *com o* e *no* seu espaço vivido.

Mas, a paisagem, com sua característica de ser sempre local e irrepetível (SERRÃO, 2013), também opera como motor de desenlace do sujeito com a cotidianidade do seu lugar, motivando-o ejetar afetos para com o (s) mundo (s) outro (s), diferente (s) do *seu mundo* de experiências locais. Isto quer dizer que o lugar *envolve* o sujeito, e a paisagem local colabora para isso, mas, ao mesmo tempo, a intuição da mudança de paisagem, no ato de percorrer outros espaços/lugares, *des-envolve* o pensamento do sujeito do lugar para o mundo.

Logo, as relações afetivas da paisagem são mais amplas que aquelas do lugar i) porque servem para envolver o sujeito no mundo da vida cotidiana e, concomitantemente, ii) gerar o desejo de sair desse cotidiano e “descobrir” o novo – é o ato de ir do mundo da vida para a vida do mundo, desejando-se, acima de tudo, outras paisagens e não outros lugares.

Portanto, há diferenças entre paisagem e lugar que precisam ser devidamente esclarecidas para abordar a conexão entre essas duas dimensões. Lugar e paisagem não são um núcleo indecomponível da existência humana. Justamente por serem decomponíveis é que a sua relação de complementariedade faz todo sentido, quando se pensa na ligação das pessoas com seus espaços de morada, sobrevivência/trabalho e sonhos. Mas, que sejam vistos como complementares e não como sinônimos.

Aqui haveria algum preciosismo de discurso? Não, não se trata de nenhum tipo de preciosismo. Defende-se a ideia de que, a partir do reconhecimento desta diferença, pode-se elaborar as bases da unidade política que conecta a paisagem ao lugar e vice-versa.

Paisagem e lugar: a carga política

Sem a mínima intenção de questionar o inquestionável, apenas se lembra do forte conteúdo político nas definições de território, sejam geógrafos ou não geógrafos a discutirem o tema.

A projeção das relações de poder no espaço geográfico é o fator central para o entendimento do território e, assim, essa dimensão da vida social é concebida quase unanimemente como a base das contradições e conflitos entre classes sociais, movimentos sociais, empreendimentos, facções e nações.

Não há território sem terra e isto estabelece a base concreta de certas geopolíticas de conflitos sociais: a fonte de recursos (BERTRAND, 2009). Entretanto, a paisagem e o lugar também podem comparecer no discurso da relação sociedade-natureza como bases políticas da organização da vida comum.

Mais uma vez se tratará de diferenças essenciais entre os entes: não entre a paisagem e o lugar, mas, entre estes dois e o território. No mundo povoado de guerras, explícitas ou implícitas, a

política do combate já é algo conhecido e muito temido por todos aqueles que não têm ligação direta com os interesses das pessoas que promovem o uso de toda sorte de armas, as invasões e os assassinatos.

É permitido afirmar que a concepção mais comum do território, definido por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2012) está carregada da ideia do confronto com o outro para a autoafirmação econômica. Assim, o conteúdo político do território tem qualquer coisa que aponta muito mais para a divergência e não a convergência de interesses.

A paisagem e o lugar seguem na direção oposta. O conteúdo político deles não é a motivação primeira para o conflito, mas sim para o “reflito”. Nesse contexto, “penso logo existo” tem muito mais valor do que “guerreio logo existo”. Ensaio uma hipótese para chamar atenção do leitor: talvez, o conteúdo político da paisagem e do lugar pudesse trazer mais um tom de pacificação do que de combate.

A politização da paisagem e do lugar segue o percurso da compreensão sobre as relações de identidade (lugar) e de alteridade (paisagem). Então, nesse momento, retoma-se a ideia anteriormente defendida de que os lugares todos são conteúdos paisagísticos encerrados e abertos pela própria paisagem, concomitantemente. Nesse sentido, a paisagem funciona como uma fronteira fluída entre o meu lugar e o lugar do outro, entre projeções diversas de consciências sobre o mundo.

Esse raciocínio automaticamente implica considerar o lugar, enquanto concretude da experiência de alguém no mundo, que só é possível de assim ser percebida/vivida em função da intuição/abstração das vidas que são diferentes, mas, que se encaram umas às outras a partir das diferenças, porém, reconhecem-se umas às outras por um fator de convergência muito elementar e essencial: são vidas no mundo, precisando da natureza, do espaço e do tempo de maneira igual para realizarem suas trajetórias de experiências enquanto tais vidas estiverem vivas.

Então, a paisagem se faz como passagem do indivíduo para o mundo e da natureza do pensamento para o pensamento da natureza. A paisagem é capaz de transportar a consciência para a reflexão sobre a pequenez humana diante de um mundo de infindáveis acontecimentos e de uma natureza grandiosa que, em sua essência, não cabe completamente no pensamento.

A infinitude como presença paisagística é isto: o ato de intuir a pluralidade de tantos contextos espaciais e sociais na superfície habitada do planeta, intuir a pura magnificência da natureza em áreas não habitáveis ou não habitadas do planeta e compreender que, tanto nos contextos habitados e não habitados, as paisagens sempre remeterão ao pensamento sobre a existência de uma força inumana que permitiu as forças humanas moldarem o mundo em tantas vistas diferentes.

A capacidade que a paisagem tem de, no lugar, re-situar a natureza na consciência humana e na vida social deve ser considerada, na medida em que defronta a pequenez humana com a sublimidade natural (KANT, 2017 [1790]). A natureza sublime, como realidade e representação paisagística, impõe a busca pela humanidade que nós seres humanos ainda não fomos capazes de alcançar: não haverá humanidade, de fato, enquanto houver guerras no mundo, morte por motivos de autoafirmação econômica dos territórios e dos interesses industriais, garantia de recursos para uns e degradação em amplo espectro para outros.

A natureza já nos impôs a realidade da nossa impermanência futura no mundo (SOUZA, 2018). A morte é um fenômeno natural independentemente daquilo que a causa: o corpo, um sistema orgânico biológico, simplesmente deixa de funcionar. Imenso número de crianças nasce no mundo no exato momento em que você lê esse texto. No período de um século essas mesmas crianças não existirão mais. Nós estamos todos dentro do movimento sublime da natureza que é implacável.

Ulrich Beck disse que a sociedade dos riscos é democrática dentro de uma sociedade que é economicamente hierárquica. Isto quer dizer que os riscos que colocam a vida das pessoas em perigo estão distribuídos igualmente para todos, mas, as capacidades de proteção são diferentes, de acordo com as condições econômicas de cada um. Então, por analogia a tal ideia, é possível pensar que, perante a certeza da finitude da vida, dentro da infinitude da natureza, as pessoas poderiam adotar posturas de respeito e solidariedade com o fenômeno diverso e complexo que é a existência dos outros.

Assim, aposta-se que a ressignificação do sentido da vida política em sociedade reside, primordialmente, nos contextos espaço-temporais que são a base das relações humanas: a paisagem e o lugar. Aqui, a carga política assume outra forma e sentido. O postulado é de uma necessária e urgente criação de plataformas de acordos e não de disputas. Através do meu lugar, sou capaz de observar o lugar do outro como paisagem para mim. Através do seu lugar, o outro contempla o meu lugar como paisagem para si: a minha paisagem pode ser o seu lugar; o meu lugar pode ser a sua paisagem. No meio dessas relações estão as nossas vidas, que são igualmente importantes.

Considerações finais

Recentemente, realizei um trabalho de campo de Geografia do Brasil, disciplina da qual sou responsável, no Quilombo Ivaporunduva, município de Eldorado, São Paulo. Em diálogo com um dos moradores, um aspecto de seu discurso me chamou atenção. Ele descrevia, com grande entusiasmo, os pontos máximos das águas dos rios do quilombo nos períodos de cheia, sem pânico, sem relatos de desastres e com a tranquilidade de quem não tem nada a temer das dinâmicas da natureza.

Aquela situação me deixou tão entusiasmado quanto ele. Mas, logo depois, o meu entusiasmo deu lugar à preocupação: como pode a mesma natureza ser tão topofílica para uns e tão topofóbica para outros?

Com certeza, a partir deste questionamento, a reflexão conduziu meu pensamento para as formas inapropriadas de produção dos espaços urbanos que, largamente, relegam grande parcela de pessoas em sítios arriscados para suas vidas. O período de cheias de rios é dadivoso para quem mantém um laço identitário com a natureza.

Por outro lado, o período de cheias é desastroso para uma sociedade que não somente artificializa a natureza, mas, faz com que a relação de proximidade com ela seja uma sentença para quem não tem dinheiro: viver na várzea confinada pela cidade é o seu castigo.

A partir daquela conversa com o morador do Ivaporunduva, veio em minha cabeça a ideia de que o pior problema ambiental talvez seja a desigualdade social. Enfim, foi através da descrição das dinâmicas paisagísticas, por parte de quem mantém uma relação topofílica com a natureza, que emergiu o pensamento crítico sobre as paisagens de natureza topofóbica dos contextos metropolitanos excludentes. A paisagem é, efetivamente, a fronteira de apreensão e entendimento dos diferentes contextos de vida e um ponto de partida para a melhoria dos lugares, em nome das topofilias.

Para finalizar, recorrerei a Jean-Marc Besse, que nos lembra de que a Terra não é acolhedora por natureza, porque o planeta é indiferente à presença humana nele. E acrescenta que seria a paisagem, meio do homem, aquilo que se colocaria acima desta indiferença. Eu também acrescentaria o lugar e a potencialidade da dupla paisagem-lugar de trazerem à tona uma política de respeito e solidariedade em mundo cansado do desrespeito pelas vidas e dos egos das guerras.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo apoio ao projeto “Urbanização e Hibridação Socionatural em Contextos Hidrelétricos”, que permitiu e permite as teorizações presentes neste texto.

À Doutora Adriana Veríssimo Serrão, do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, que, durante a supervisão do meu estágio pós-doutoral, no ano de 2017, apresentou-me a Filosofia da Paisagem como base de revisão de uma categoria geográfica.

Referências

ASSUNTO, Rosario. Paisagem e Estética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CORAJOURD, Michel. A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
- BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. *Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades*. PASSOS, Messias Modesto (org.). Maringá: Massoni, 2009.
- BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.
- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução: António Marques e Valério Rohden. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2017.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
- SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. In: SERRÃO, Adriana (coord.). *Filosofia da Paisagem: uma antologia*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, Roberto L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- SOUZA, Reginaldo José de. *Paisagem e Socionatureza: olhares geográficos-filosóficos*. Chapecó: Editora da UFFS, 2018. (no prelo)
- TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- WHITEHEAD, Alfred North. *O conceito de natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.